

Gestões para a aprovação do "pacote"

GAZETA MERCANTIL

4 DEZ 1985

Para examinar o "pacote" fiscal do governo, a Câmara dos Deputados convocou cinco sessões ontem. A última, iniciada por volta de 1 hora, avançou pela madrugada de hoje. A primeira, às 14 horas, foi suspensa por falta de quorum; a segunda, uma hora depois, também foi suspensa, porque não estavam publicados os avulsos com as 102 emendas de plenário mais uma dezena das comissões.

A terceira, aberta às 18 horas, foi igualmente suspensa para elaboração de um substitutivo que abrangesse parte das emendas; e a quarta, uma hora e meia mais tarde, teve de ser suspensa para a sessão conjunta com o Senado que votaria outros assuntos pendentes.

O repórter Aldo Renato Soares observou que durante a tarde as oposições (PDS, PDT, PT e PTB) procuraram obstruir o andamento da sessão, mas o maior tumulto aconteceu quando dois (Aécio Borba, do PDS-CE, e Celso Sabória, do PMDB-PR) dos três relatores do substitutivo ao "pacote" confessaram que não podiam dar seu pare-

cer porque não o conheciam.

"É uma vergonha o que está acontecendo, nunca houve nada parecido na história do Congresso Nacional", lamentou o deputado José Machado (PFL-MG). O deputado Amaral Neto (PDS-RJ) bradava no microfone que "a Câmara não pode submeter-se ao 'senador' (Dilson) Funaro e ao 'deputado' (Luís) Patury", explorando a presença dos técnicos da Secretaria da Receita Federal com os relatores do substitutivo.

As críticas do PDS foram particularmente ácidas. O senador Roberto Campos (PDS-MT) rotulou de "mediocre" o raciocínio econômico do "pacote", onde encontrou "efeitos Robin Hood e efeitos Al Capone", relata o repórter Carlo Iberê. Os "efeitos Robin Hood" estão "na redução da retenção do Imposto de Renda na fonte e nos investimentos sociais" que "tiram dos ricos para dar aos pobres". Os "efeitos Al Capone" estão na "transformação da retenção do Imposto de Renda

em empréstimo compulsório".

Quando o senador Campos ensaiou suas primeiras críticas às medidas econômicas, na semana passada, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, nem se deu ao trabalho de refutá-las: "Estou muito preocupado com o destino do meu País para dar atenção à decadência", explicou.

O senador cearense Virgílio Távora chamou a atenção de seus colegas para "as entrelinhas do pacote" e defendeu a inclusão de várias emendas no Senado. Se for emendado no Senado, o "pacote" terá de voltar para novo exame na Câmara.

Pouco mais de 10% das emendas apresentadas na Câmara integraram o substitutivo assinado pelo único relator, que se dispôs a dar um parecer, o deputado Raimundo Astora (PMDB-PB). O editor Walter Marques informa que as alterações incluem a elevação, de dez para quinze ORTN, do teto para devoluções em 120 dias do Imposto de Renda retido na fonte neste ano.

Outra alteração estabelece que até dez salários mínimos os salários terão uma correção equivalente a 100% do IPCA. Além disso, a mulher separada que esteja na condição de cabeça do casal terá direito às mesmas deduções hoje liberadas para o homem chefe de família.

Com a aceitação dessas mudanças, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse ontem à noite que o projeto deverá "ser aprovado". Depois de várias rodadas de conversações com os parlamentares, ele acredita que "as intenções do governo foram compreendidas", relatou o editor Alaor Barbosa.

A Câmara aprovou na madrugada de ontem o projeto de lei do governo que dispõe sobre o resgate das cotas dos fundos fiscais 157. Os contribuintes que tiverem cotas inferiores a 10 ORTN poderão resgatá-las, independentemente do ano de sua aquisição. O Conselho Monetário Nacional (CMN) fixará as datas de resgate e os valores das cotas a serem resgatadas. O projeto ainda deverá ser apreciado pelo Senado. Ontem à noite o Senado aprovou projeto de lei da Câmara que reduz a jornada de trabalho dos economiários de oito para seis horas.

(Ver páginas 3 e 5)